

Memória de mulheres protagonistas na História da UERJ e do Brasil

Júlia Reis Couto¹¹⁰; Maria Alice Antunes Birbeire¹¹¹

Resumo

Este artigo analisa a memória institucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a partir das trajetórias de mulheres que desempenharam papéis centrais na história da instituição e na vida pública brasileira. Ao reconstruir os percursos de Nilceia Freire, Clara Araújo, Nísia Trindade Lima e Anielle Franco, evidencia-se como essas figuras desafiaram estruturas históricas de gênero e raça, ocupando espaços de liderança na gestão universitária, na produção científica e na política nacional. Suas histórias demonstram o entrelaçamento entre a UERJ e as lutas democráticas do país, especialmente no que diz respeito à inclusão social, ao desenvolvimento científico e às agendas feministas e antirracistas. Ancorado nos estudos de gênero e memória, o artigo argumenta que incorporar as experiências dessas mulheres à memória institucional da universidade é fundamental para redefinir o que é considerado historicamente relevante e enfrentar formas persistentes de silenciamento no ambiente acadêmico. Ao valorizar essas trajetórias, reforça-se a construção de uma narrativa institucional mais plural, inclusiva e comprometida com a igualdade e a justiça social.

Palavras-chave: memória institucional; UERJ; mulheres na universidade; estudos de gênero; história do Brasil.

Abstract

This article examines the institutional memory of the State University of Rio de Janeiro (UERJ) through the trajectories of women who played central roles in the institution's history and in Brazilian public life. By reconstructing the paths of Nilcéa Freire, Clara Araújo, Nísia Trindade Lima, and Anielle Franco, it highlights how these figures challenged long-standing structures of gender and race, occupying leadership positions in university governance, scientific production, and national politics. Their stories reveal the deep interconnection between UERJ and the country's democratic struggles, particularly with regard to social inclusion, scientific development, and feminist and anti-racist agendas. Grounded in gender and memory studies, the article argues that incorporating these women's experiences into the university's institutional memory is essential to redefining what is considered historically relevant and to confronting persistent forms of silencing within academic environments. By valuing these trajectories, the article reinforces the construction of a more plural, inclusive institutional narrative committed to equality and social justice.

Keywords: institutional memory; UERJ; women in the university; gender studies; Brazilian history.

Introdução

A memória institucional, enquanto campo de estudos, permite compreender como trajetórias individuais e coletivas moldam a identidade de uma organização ao longo do tempo. No caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), essa memória revela uma instituição marcada por lutas democráticas, inovação política e protagonismo social. O exame de sua história recente, atravessada por processos como a Reforma Universitária de 1968, o pioneirismo na adoção de políticas de ação afirmativa em 2003 e sua consolidação como universidade pública de referência na América Latina, evidencia o papel ativo que a UERJ desempenha na produção de conhecimento e na ampliação do acesso ao ensino superior.

¹¹⁰ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ e Bolsista PROATEC na Rede Memória Institucional Nilceia Freire – RMINF.

¹¹¹ Bolsista QUALITEC na Rede Memória Institucional Nilceia Freire – RMINF.

Nesse contexto, a análise das trajetórias de mulheres que passaram pela instituição não apenas ilumina biografias significativas, mas também contribui para a construção da memória da UERJ sob a perspectiva de gênero. Personagens como Nilcea Freire, Clara Araújo, Nísia Trindade Lima e Anielle Franco constituem exemplos expressivos de como mulheres vinculadas à universidade produziram impacto na esfera acadêmica, científica e política, rompendo barreiras e ocupando espaços historicamente negados. Suas narrativas dialogam diretamente com a persistente desigualdade de gênero na academia – tema que permanece central para o entendimento das relações de poder que estruturam o espaço universitário.

Assim, este artigo propõe-se a analisar como a memória institucional da UERJ é atravessada por trajetórias femininas que se tornaram fundamentais para a consolidação da universidade como espaço democrático, inclusivo e socialmente comprometido. Por meio da reconstrução dessas histórias e de sua inscrição em um projeto maior de memória institucional, busca-se evidenciar o papel dessas mulheres na transformação da UERJ e, ao mesmo tempo, refletir sobre os silenciamentos e apagamentos que ainda insistem em marcar o ambiente acadêmico. Dessa forma, a articulação entre memória, gênero e universidade torna-se uma ferramenta essencial para compreender não apenas o passado da instituição, mas também os desafios de seu presente.

Mulheres Protagonistas

Este artigo tem como objetivo trazer algumas das inúmeras mulheres intelectuais, agentes políticas e estudiosas que cruzaram sua trajetória na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em algum momento de suas carreiras. Antes de apresentarmos o panorama da questão de gênero na UERJ, destacamos algumas trajetórias específicas que contribuem para contextualizá-la, fornecendo uma compreensão mais abrangente da participação feminina em diferentes âmbitos da instituição de ensino superior carioca.

As personagens foram cuidadosamente selecionadas com base na análise de suas ações e impactos tanto em nível local quanto nacional. Nilcea Freire, a primeira reitora a implementar o sistema de cotas no Brasil, Clara Araújo, pioneira como a primeira mulher a presidir a União Nacional dos Estudantes (UNE), Nísia Trindade Lima, primeira mulher a liderar o Ministério da Saúde no país, e Anielle Franco, ocupante do cargo de Ministra da Igualdade Racial do Brasil. Ao retratar as trajetórias dessas mulheres, é possível observar como a instituição está diretamente envolvida, de maneira direta ou indireta, na construção democrática do Brasil, buscando promover equidade de gênero e raça. Essas figuras representam não apenas conquistas

individuais, mas também a luta coletiva por justiça social e igualdade, evidenciando o papel crucial que a instituição desempenha na promoção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Nilcea Freire



Referência: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nilcea-freire-ex-secretaria-de-politica-para-as-mulheres-morre-aos-67-anos/>

Nilcea Freire é uma das personalidades da UERJ e foi a primeira mulher a ocupar a Reitoria de 2000 a 2003. Nascida em 14 de setembro de 1952, Nilcea Freire é fruto da Escola Municipal carioca, formou-se em Medicina pela UERJ em 1978 e participou ativamente na luta contra a ditadura, sendo perseguida e exilada no México durante a sua graduação; em 1980, foi admitida como docente da UERJ e passou a atuar como professora e pesquisadora do Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia da FCM, tendo então desenvolvido uma série de trabalhos e publicações na área e, anos após, formou-se Mestre em zoologia pela UFRJ e continuou atuando tanto na política quanto em projetos científicos.

O momento marcante da entrada de Nilcea Freire na administração central da UERJ foi quando Ivo Barbieri, do Instituto de Letras (ILE), e o professor João Regazzi Gerk tomaram posse dos cargos de Reitor e Vice-reitor respectivamente da UERJ no início de 1988. A primeira posição ocupada por Nilcea foi como assessora da Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, sob a liderança de Reinaldo Guimarães. Nesse período, ela começou a desempenhar um papel ativo na formulação e discussão dos fundamentos da vida acadêmica na universidade, abordando questões relacionadas aos direitos e deveres dos docentes. Isso inclui aspectos como critérios para admissão e avanço na carreira, regulamentação de salários e posições, diretrizes para distribuição de carga horária, políticas de avaliação, alocação de responsabilidades, e

critérios para a contratação de professores visitantes, entre outros tópicos. (LÁZARO; GONÇALVES, 2020, p. 37).

Para a sucessão de Ivo Barbieri e João Regazzi Gerk da reitoria, Hésio Cordeiro foi um nome pensado por Nilcea, demonstrando sempre a presença ativa dela nessa conjuntura política e administrativa da instituição, e então a chapa foi complementada com José Alexandre Assed de Vice-reitor; após a posse, Nilcea foi convidada a assumir a Diretoria de Planejamento da universidade, posto que ocupou até o final do mandato. Na eleição subsequente, Antônio Celso foi eleito Reitor e Nilcea assumiu o cargo de Vice-reitora, atuando até o ano de 1999.

Nas eleições de 1999 para suceder Antônio Celso teve dois concorrentes à posição, Jader Benuzzi Martins e Nilcea Freire. Nesse momento, a primeira Reitora da UERJ foi eleita e reeleita, ocupando o cargo de 2000 a 2004 quando largou o cargo para assumir a nomeação do Presidente Lula, em 2004 para ser ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, cargo em que permaneceu até 2011. Na época, foi criada a Lei Maria da Penha, para coibir atos de violência contra a mulher.

Durante o seu mandato de Reitora, a UERJ foi a primeira universidade do Brasil a aderir o sistema de cotas para estudantes da escola pública, jovens negros e negras e pessoas de baixa renda. Esse ato consolidou o compromisso de fazer a universidade mais popular do Brasil, assim como era conhecida a UERJ, reencontrar suas origens, fruto de muitos esforços, inclusive da capacidade do ativismo político do Movimento Negro Unificado e que Nilcea se empenhou durante toda sua carreira política.

A ação de sua Reitora, no exercício pleno da autonomia universitária e de sua prerrogativa de autodeterminar políticas públicas de inclusão, veio a transformar de modo definitivo o debate sobre o acesso da população pobre e negra à educação superior nas instituições públicas do país. (LÁZARO; GONÇALVES, 2020, p. 10)

Clara Maria de Oliveira Araújo

A socióloga baiana Clara Maria de Oliveira Araújo (a única mulher da foto abaixo) foi a primeira mulher a presidir a União Nacional dos Estudantes (UNE), sendo eleita para o cargo no ano de 1982 na cidade de Piracicaba-SP e atuando nela até 1983. Nascida em 5 de junho de 1958, militou no movimento estudantil baiano durante toda sua trajetória estudantil e, no ano de 1981, ingressou no PCdoB, então na ilegalidade. Após a militância, Clara atuou também no

movimento feminista, sendo eleita para presidência da União Brasileira de Mulheres (UBM) em 1989, reeleita em 1994.



Em sua carreira acadêmica, iniciou na graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS) em 1985. Logo após, em 1991, fez Mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/PPGSA), Especialização em Planejamento de Políticas Públicas de Gênero (1993) pela University College London, Doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – IFCS/PPGSA (1999), pós-doutorado sanduíche em sociologia pelo IUPERJ e o Center for Latin American Studies da Universidade de Cambridge na Inglaterra (2008).

Atualmente, Clara Araújo é professora do curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro ministrando principalmente a disciplina de Relações Políticas de Gênero, ampliando os olhares de alunos e alunas da graduação para as desigualdades de gênero no âmbito político no Brasil. Ela defende, principalmente que a falta de mulheres na política é resultado de aspectos culturais, sendo eles:

Nós temos um primeiro aspecto que não é um fato só do Brasil, mas do mundo, sobretudo no mundo ocidental, marcado pela exclusão, que é uma exclusão que ocorre inclusive como veto da proibição da participação das mulheres quando se criam as instituições políticas modernas de representação. Você tem desde o início uma desigualdade de base na medida em que as mulheres eram proibidas de participar. Há um conceito do que é a representação que as mulheres não respondiam atributos. Segundo, isso gera um déficit histórico não só numérico, mas em termos de atributos, percepções simbólicas com efeitos sobre a população e sobre as mulheres também. O terceiro elemento é a relação entre as condições de participação das pessoas, sobretudo das mulheres no espaço público e sobretudo na política e ao que a gente chama da divisão sexual do trabalho, dos encargos domésticos, da dupla jornada ou tripla relacionada com o tempo. Ao lado do tempo para atividades na esfera pública, temos os recursos, sejam eles econômicos, de redes, é como se tivéssemos um conjunto de elementos entrelaçados. O quarto diz respeito ao fato de que o próprio desencanto que

se vivencia no caso do Brasil é desestimulante para quem está fora da política. (ARAÚJO, 2017, sem página)

Ao longo da carreira, Araújo publicou inúmeros artigos que giram fundamentalmente em torno de debates sobre a participação das mulheres e as relações de gênero que pertencem às relações sociais de forma inerente, como *Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política* (2005), *Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil* (2001), *As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais* (2001) e *Mulheres e Representação Política: A experiência das cotas no Brasil* (1998). Uma de suas ideias defendidas é a reformulação das cotas por sexo para o sistema de eleição para que, dessa forma, o número de mulheres participando do Poder Legislativo no Brasil se equipare ao de homens.

A produção desses artigos e a sua atuação enquanto primeira mulher presidente da UNE se mostra significativa para a comunidade de alunas e alunos da UERJ que ainda tem a oportunidade de assistir às suas aulas e observar que ela abriu e continua abrindo portas para que outras mulheres venham em sequência lutando por uma política democrática mais equitativa. Cerca de uma década após sua gestão na UNE, apenas Patrícia de Ângelis alcançou novamente o cargo; quinze anos depois, foi a vez de Lúcia Stumpf, seguida por Virgínia Bastos, quatro anos mais tarde, e posteriormente por Carina Vitral e Moara Correa Saboia, esta última assumindo interinamente. Isso demonstra que seus artigos científicos, suas aulas e palestras impactaram profundamente na construção de uma política mais democrática no Brasil, ainda que o caminho rumo à equidade plena continue em construção.

Nísia Verônica Trindade Lima



Presidente Lula com Nísia Trindade, Ministra da Saúde. Foto: Ton Molina/Fotoarena/Estadão. Referência: <https://mobilidade.estadao.com.br/na-perifa/lula-confirma-nisia-trindade-como-futura-ministra-da-saude/>

Nísia Verônica Trindade Lima nasceu em janeiro de 1958 e foi criada no Rio de Janeiro. Socióloga, iniciou sua formação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tornou-se Mestre em Ciência Política em 1989 pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ – atual IESP) e Doutora em Sociologia em 1997 pela mesma instituição. Sua tese de doutorado “Um Sertão Chamado Brasil” conquistou o Prêmio de Melhor Tese de Doutorado em Sociologia no IUPERJ do qual resultou a publicação da primeira edição de um livro de mesmo título pela Editora Revan/IUPERJ em 1999. O livro teve uma segunda edição, revista e ampliada, em 2013 (São Paulo, Editora Hucitec, 2013).

Nísia tornou-se a primeira mulher a liderar a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em seus 120 anos de existência, assumindo a direção da instituição em 4 de janeiro de 2017 até 2021, sendo reeleita com 87% dos votos válidos e ocupando o cargo até 2023, após obter a maior quantidade de votos na eleição interna. Esse Instituto, que foi fundado em 1900, foi responsável pela reforma sanitária que erradicou a epidemia de peste bubônica e a febre amarela da cidade do Rio de Janeiro e atua até hoje como um dos principais centros de pesquisa e produtor de conhecimento para a ciência.

Durante a sua gestão na Fiocruz, ela teve o desafio de enfrentar a pandemia de COVID-19 e suas atitudes foram memoráveis como a criação de um Centro Hospitalar no Campus de Manguinhos, aumento da capacidade nacional de testes e resultados de testagens, organização de ações emergenciais junto a populações vulneráveis, dentre muitas outras ações que fizeram a Fiocruz tornar-se laboratório de referência para a OMS em COVID-19 nas Américas. Em 2021, ela foi condecorada na França com o prêmio *Ordre National de la Légion d’Honneur* pelo enfrentamento à COVID-19.

Ademais, Nísia é a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra da Saúde no Brasil, nomeada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2022 e tomando posse em janeiro de 2023. Assim que tomou posse, prometeu revogar decretos que o ex-ministro e ex-presidente tomaram que ofendem a ciência e os direitos reprodutivos. Uma de suas principais decisões tomadas nesse período foi decretar estado de emergência de saúde pública na comunidade indígena Yanomami, auxiliando-os na superação dessa crise.

Para além de seu exercício político, Nísia é pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz e professora de Pós-Graduação do Programa de História das Ciências e da Saúde. É também professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IESP/UERJ e professora adjunta de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seus

trabalhos e escritos acadêmicos concentram-se principalmente em estudos sociais de ciência e pensamento social e saúde, liderando pesquisas como “Pobreza, desigualdades e vulnerabilidades: a favela no pensamento social brasileiro” e “Quarto de despejo ou cenário de utopia? As favelas na dramaturgia brasileira nos anos de 1950 e 1960”.

Anielle Franco



Referência: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/03/anielle-franco-e-eleita-pela-revista-time-uma-das-mulheres-do-ano-de-2023.shtml>

Anielle Francisco da Silva, mais conhecida como Anielle Franco, é professora de inglês e ativista política. Foi escolhida pelo presidente Lula para ser a atual Ministra de Estado da Igualdade Racial do Brasil. Nascida em maio de 1984 e criada na favela da Maré na Zona Norte do Rio de Janeiro é mais uma grande ativista e política formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Sua primeira graduação foi em English and Journalism (2008) pela North Carolina Central University (NCCU, Estados Unidos) e obteve o mestrado em Jornalismo (2010) pela Florida A&M University (FAMU, Estados Unidos). Depois, ela obteve grau no curso de Letras- Inglês e Literaturas pela UERJ (2015) e um segundo mestrado, em Relações Étnico-Raciais (2021) pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

O início de sua atuação política foi muito pautado pela irmã mais velha, a ex-vereadora Marielle Franco, mais uma grande ativista dos direitos humanos e da igualdade racial com formação universitária na UERJ, auxiliando-a e acompanhando-a em eventos públicos. Após ter sua irmã cruelmente assassinada no ano de 2018, Anielle tomou ainda mais à frente da política, criando o Instituto Marielle Franco que desenvolve projetos com mulheres negras periféricas e da comunidade LGBTQIA+.

Anielle Franco foi responsável pelo lançamento de uma importante plataforma eleitoral, a Plataforma Antirracista nas Eleições conhecida como PANE no ano de 2020. Essa plataforma tem como objetivo principal apoiar candidaturas de mulheres negras nas eleições municipais, promovendo diversas ações para pressionar os partidos a facilitarem a participação de mulheres negras como candidatas, estimulando principalmente a presença dessas mulheres em cargos de decisão. Além disso, busca assegurar o comprometimento de um maior número de candidaturas com a defesa de políticas antirracistas, feministas e voltadas para a comunidade LGBTQIA+, a fim de promover que a igualdade seja garantida por meios institucionais.

Registrar a presença dessas mulheres não é apenas reconhecer sua contribuição individual, mas também destacar uma ausência permanente nos dias atuais: a persistência de um ambiente universitário onde as relações de poder ainda refletem em distinções de gênero. Ao observarmos as suas trajetórias singulares, refletimos sobre os desafios enfrentados por mulheres no meio acadêmico, onde elas são silenciadas. Essa reflexão nos convoca a repensar e transformar as estruturas institucionais e culturais que perpetuam as desigualdades, visando construir um ambiente universitário onde o silenciamento feminino não se faz mais presente.

Aprendemos que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que, por mais hesitantes que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só uma nova história das mulheres, mas uma nova história (SCOTT, 1995, p. 51).

Dessa forma, Scott destaca que incluir mulheres na história não se resume à ação de adicionar suas narrativas nos livros de história, mas sim redefinir o que é considerado historicamente importante. Isso implica em reconhecer suas experiências pessoais, subjetivas e suas contribuições tanto na esfera privada quanto na pública. É a partir disso que essa abordagem desafia a concepção tradicional de história e promove uma visão abrangente e real do passado. Portanto, é fundamental destacar as trajetórias femininas como protagonistas na história da UERJ, em pé de igualdade com as trajetórias masculinas que já são amplamente reconhecidas.

Conclusão

A reconstrução da memória institucional da UERJ a partir das trajetórias de mulheres que nela atuaram demonstra que a história da universidade está profundamente entrelaçada com a luta por igualdade de gênero e justiça social. As biografias de Nilcea Freire, Clara Araújo,

Nísia Trindade Lima e Anielle Franco revelam que a presença feminina na UERJ ultrapassa a dimensão simbólica: trata-se de uma participação ativa na formulação de políticas públicas, na produção de conhecimento, na defesa da democracia e na consolidação de práticas institucionais inclusivas. Suas presenças, conforme evidenciado nos documentos analisados, representam rupturas com estruturas tradicionais que frequentemente silenciaram a contribuição das mulheres no meio acadêmico.

Ao recuperar essas experiências e inscrevê-las na memória da instituição, não se realiza apenas um gesto de reconhecimento histórico, mas também um exercício político de resignificação da própria UERJ. Como argumenta Joan Scott: incluir as mulheres na história implica redefinir o que é considerado historicamente relevante, ampliando a noção de política e reconhecendo dimensões subjetivas, coletivas e institucionais que antes eram ignoradas. Essa ampliação metodológica permite compreender que a trajetória da UERJ só pode ser narrada de forma plena quando incorpora as experiências e contribuições femininas que a atravessam.

Portanto, ao resgatar e valorizar essas histórias, este artigo reforça a importância de construir uma memória institucional que contemple a diversidade de sujeitos que fizeram – e seguem fazendo – a universidade existir. Em um cenário em que desigualdades de gênero ainda persistem, registrar essas presenças torna-se um passo fundamental para transformar estruturas, repensar práticas e fortalecer o compromisso da UERJ com uma educação verdadeiramente democrática, plural e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998.

_____. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, v. 44, n. 1, 2001.

_____. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001.

_____. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2005.

_____. Mulher não gostar de política é um mito, afirma socióloga e pesquisadora da UERJ. *GZH – Pioneiro (Gaúcha ZH)*, 13 out. 2017.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2017/10/mulher-nao-gostar-de-politica-e-um-mito-afirma-sociologa-e-pesquisadora-da-uerj-9968116.html>. Acesso em: 28/11/2025

LÁZARO, André; GONÇALVES, Cláudia. Nilcea Presente. In: *Nilcea Freire, mulher em movimento*. Primeiro movimento: UERJ. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2020.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.

MANCEBO, Deise. *Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ (1950-1978)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.